CARTA DE ARARAQUARA

O Fórum de Inovação Tecnológica, Inclusão Social e Redes de Cooperação e o Seminário Regional da Cooperação Brasil-Itália sobre o Desenvolvimento Local e Regional realizaram-se nas dependências do SESC – Araraquara nos dias 22 e 23 de junho de 2005.

O Fórum pode ser considerado como exitoso, porque conseguiu aproximar os diferentes e qualificados agentes da região aos principais protagonistas governamentais da área de pesquisa, fomento e financiamento da ciência e tecnologia. Estiveram presentes parlamentares, prefeitos e representantes oficiais da maioria dos municípios, universidades, instituições de ensino e pesquisa e ainda diversas entidades empresariais e da sociedade civil da região.

A participação do Ministério da Ciência e Tecnologia, foi muito oportuna e mostrou que existem possibilidades de ter uma postura propositiva, buscando informar e contactar demandantes.

Todos os serviços e produtos existentes, apresentados no Fórum, estarão acessíveis no site http://home.uniemp.org.br/forunsregionais/ .

Nos debates, o Fórum destacou a relevância do enfoque regional numa visão integrada e sustentável, sem perder as diversidades e especificidades de cada município.

Do ponto de vista econômico, apresentou o desenvolvimento ancorado em grandes empreendimentos, caracterizados pela agroindústria sucroalcooleira e processadora de cítricos, pela indústria metal-mecânica, muitas vezes atreladas a agroindústria, pela recente constituição de indústrias de base tecnológica e indústria aeronáutica. Valorizados pela forte plataforma tecnológica e de pesquisas de ponta produzidas pelas universidades e centros de pesquisa regionais. Por outro lado, caracterizou ainda na região uma multiplicidade de atividades econômicas de menor porte, tradicionais e outras emergentes, que ganham novas dimensões e importância na região, podendo em alguns casos, enquanto aglomerações produtivas, virem a ser constituídos como Arranjos Produtivos Locais.

Analisando a região do ponto de vista dos indicadores de renda de per capita, observou-se que a região apresenta valores superiores quando comparada a outras no Estado de São Paulo e Brasil. No entanto, analisando indicadores sociais e ambientais e descendo a análise no âmbito local, depara-se com um conjunto de desigualdades entre os municípios, que justificam uma especial atenção sobre a mesma no sentido de universalizar os ganhos obtidos no processo econômico.

Ao apresentar as diferenças presentes na região, o Fórum possibilitou uma ampliação do conhecimento sobre a mesma, buscando integrar os aspectos econômicos aos sócio-ambientais. Neste sentido, trouxe uma reflexão acerca das diversidades, das identidades e das possibilidades de cooperação para o desenvolvimento humano.

Um aspecto relevante ressaltado nas diversas mesas e conferências foi a impossibilidade do desenvolvimento sustentável realizar-se sem a integração e o envolvimento dos agentes e atores interessados no processo e da sociedade como um todo.

O seminário destacou a importância do desenvolvimento regional, mas ao mesmo tempo evidenciou as dificuldades de sua construção em decorrência da ausência de espaços de abrangência coletiva que possibilita a concertação dos pactos e sua implementação.

Propostas apresentadas pelos participantes nos Grupos de Trabalhos

---

I - Eixo da Inclusão Social (Políticas Públicas)

Grupo de Trabalho 1: Educação

1- Os municípios devem apresentar propostas pedagógicas que possibilitem a maior aproximação da prática educativa com a comunidade estabelecendo um currículo qualitativamente melhor, buscando a adequação deste às necessidades da população.

2- A escola tem que realizar, cada vez mais, ações para assegurar a inclusão de todos e para isto deve estar contextualizada e inserida nos movimentos sociais.

3- Estruturar na proposta educacional, políticas públicas específicas às escolas rurais de forma a contemplar:
   - Adoção de proposta pedagógica para as escolas do campo onde que assegure a utilização dos lotes dos assentamentos como espaço de aprendizagem.
   - Possibilitar o atendimento, em todos os níveis de formação (educação infantil, ensino fundamental e médio, alfabetização de adultos), nas escolas do campo.
   - Assegurar na proposta o acesso a biblioteca, sala de informática, laboratório de ciências e assim garantir condições às crianças e jovens construirem um projeto de desenvolvimento sustentável.
   - Assegurar ainda, a criação no espaço da escola do campo da "cozinha experimental" que traduzirá os diversos conceitos das matérias vistas em sala na elaboração prática de alimentos.

4- Para se ter qualidade de ensino é preciso ter mais investimento e mais recursos específicos para a educação.

5- Envolver a comunidade na discussão da proposta do Fundeb, em debate no Congresso Nacional, assim como propor ajustes na lei de responsabilidade fiscal para que a os municípios possam melhor se adequar a realidade local.

6- Os municípios devem mobilizar-se para agilização do processo de discussão, aprovação e adoção do Plano Estadual de Educação, que pode vir a ser uma importante fonte de recursos para o setor.

Grupo de Trabalho 2: Saúde

7- Assegurar que as Farmácias Populares sirvam para a garantir a universalização do acesso a medicamentos à população de baixa renda.

8- Promover encontros regionais entre as cidades para ouvir as múltiplas experiências dos gestores, buscando soluções em conjunto para os problemas apresentados.

9- Estabelecer mecanismos que permitam maior aproximação entre os gestores locais de políticas de saúde e as instituições de ensino e pesquisa como forma de direcionar a

realização e desenvolvimento de novas tecnologias visando o atendimento das demandas locais e regionais.

10- Estimular, inclusive financeiramente, os Programas de Saúde da Família – PSF.

11- Desenvolver campanhas de conscientização dos usuários do SUS acerca dos riscos da ingestão de medicamentos desnecessário, auxiliando assim o combate do uso abusivo e inadequado.

12- Assegurar o desenvolvimento de programas de educação continuada e permanente dos profissionais da saúde. De forma especial recomenda-se que as instituições formadoras assegurem aos profissionais uma capacidade de atuação amparada no compromisso de atendimento humanizado.

13- Realizar gestões junto as três esferas de governo de forma a assegurar aumento dos repasses de recursos para a área da saúde.

14- Assegurar o uso de tecnologias de informatização como forma de economizar recursos e melhorar o atendimento, evitando assim os desperdícios.

15- Assegurar a fiscalização com maior rigor dos planos de saúde privados, de forma que o SUS seja reembolsado quando do atendimento destes usuários.

Grupo de Trabalho 3: Desenvolvimento Urbano, Proteção ao Meio Ambiente (Planos Diretores) e Sistema de Gestão da Informação e Indicadores municipais e regionais:

16- A criação de uma rede cooperativa entre universidades, municípios e empresas foi identificada como fundamental para o fortalecimento da região. Por meio dessa rede, o compartilhamento de dados, experiências e problemas será possível, ajudando a solucionar problemas comuns e a definir as políticas de desenvolvimento regional.

17- Os pequenos municípios apresentam dificuldades técnicas, financeiras e de recursos humanos para construírem um planejamento mais elaborado. Apesar da não obrigatoriedade da realização do Plano Diretor para municípios menores que 20 mil habitantes, o planejamento mostrou-se essencial para um desenvolvimento sócio-econômico estruturado na região.

18- O grupo abordou a importância que o Plano Diretor tem atualmente para os municípios, servindo como instrumento estratégico e destacou que sua abrangência não pode ser restrita apenas as áreas urbanas, mas também deve abranger as rurais, principalmente porque são áreas com significativa relevância para a região. Além disso, deve ter um enfoque regional porque muitas questões, como qualidade de vida urbana, equidade e justiça social, modelo espacial sustentável e gestão democrática, ultrapassam a divisão político-administrativa dos municípios.

19- O envolvimento da sociedade nas discussões para elaboração do Plano Diretor, além de ser obrigatório, conforme o Estatuto da Cidade, foi colocado como fundamental para nortear as diretrizes de planejamento e desenvolvimento no âmbito municipal e regional.

Grupo de Trabalho 4: Geração de trabalho, emprego e renda (economia solidária).

20- O grupo aponta para a necessidade da criação de um centro regional de referência em economia solidária, congregando universidades, organizações da sociedade civil e poder público com vistas à formação de uma rede de cooperação entre esses atores sociais, objetivando fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas.

21- O grupo entende que a iniciativa do poder público é fundamental para a criação de cooperativas. Porém ressalta que as políticas públicas são descontínuas e que, portanto a sobrevida dessas iniciativas depende da participação de outros atores sociais, como universidades, e organizações da sociedade civil.

22- Propõe a realização de um fórum na região para discutir a formação do referido centro regional de referência em economia solidária. Além de uma discussão acerca das questões legais que norteiam a criação e o funcionamento de cooperativas de economia solidária, já que essa legislação é considerada problemática.

Grupo de Trabalho 5: Economia da Cultura e Turismo

23- Recomendar que os municípios formulem políticas locais capazes de melhorar a infra-estrutura para o recebimento do turista, atue na formação de mão-de-obra, assegurando a inclusão social e valorizando e incentivando da produção local.
24- Estabelecer um circuito turístico articulado regionalmente de forma a assegurar o fortalecimento e a valorização das atividades culturais bem como o enaltecimento das peculiaridades locais e regionais.
25- Recomenda-se o estabelecimento de uma marca regional ("*produto fabricado pelas mãos hábeis dos artesãos do centro do estado de São Paulo*") para ser adotada nos produtos de forma que a sua adoção caracteriza-se a orígem de fabricação.
26- Estabelecer parcerias dentro dos municípios para fortalecer e incentivar as festas tradicionais.
27- Aproveitar o potencial gerado pelo turismo de negocio, presente na região, de forma a explorar outras modalidades como turismo rural, ecológico, entre outros.
28- Adotar a prática do planejamento participativo como parte imprescindível para garantia da sustentabilidade ambiental, social e econômica.
29- Aproximar as instituições de ensino e pesquisa do para viabilizar o desenvolvimento de um projeto de zoneamento ambiental nos municípios da região com o objetivo de colaborar com a sustentabilidade da atividade.
30- Proporcionar a comunidade local oportunidade para que conheçam os atrativos turísticos existem em sua região.

II. Eixo das Ações da Rede de Cooperação Central Paulista Brasil – Itália. Incentivos e Apoio à Inovação e Transferência de Tecnologias como Instrumentos de Desenvolvimento Regional.

Grupo de Trabalho 6: Oficina de Capacitação em Gestão de Projetos e Financiamentos e Políticas de Desenvolvimento Sócio-Institucional.

31- Os municípios devem produzir materiais informativos acerca da realidade local, a realização de eventos, inovações em curso e possibilidade de parcerias com outros municípios. O objetivo é democratizar o acesso a informação e ampliar a promoção da integração entre cidades.

32- Que os municípios integrantes do projeto de Cooperação Brasil-Itália atuem concomitante à assinatura do convênio (e a conseqüente liberação dos recursos), na estruturação de demandas junto a CEF em especial as possibilidades de cobertura permitidas pelo Programa Nacional de Financiamento de Municípios – PNAFM. A recomendação é que sejam utilizadas na elaboração das propostas a base de informações contidas no Sistema de Informações Municipais – SIM.

33- Fortalecimento da articulação entre os municípios com vistas a possibilitar a ampliação de assinaturas de convênios internacionais de cooperação.

34- Os municípios apesar de disporem de inúmeras bases informativas sobre a sua realidade, muitas vezes não dispõem de capacidade para interpreta-las e consolidar diagnósticos que orientem as estratégias de intervenção de suas políticas públicas. Como forma de superar esta debilidade foi discutido e recomendado a adoção de sistema que além de compartilhar estas informações possibilite a apropriação destas e a articulação de estratégias locais e regionais de intervenção. Tais ações poderiam compor uma unidade regional de gestão e produção de informações, que implantadas deveriam ser acompanhadas de estratégias de participação e controle social, bem como monitoramento, acompanhamento e controle das ações.

III. EIXO TEMÁTICO: Eixo dos Arranjos Produtivos Locais – APL's

---

Grupo de trabalho 7: Oportunidades para Desenvolvimento Tecnológico na Empresa – Ferramentas de Apoio a Inovação e Excelência

35- Promover maior integração entre universidades, poder público e privado, articulando interesses comuns para a sociedade como um todo com objetivo de estabelecer um projeto regional de desenvolvimento sustentável.

36- Reconhecer as potencialidades da região transferindo seus conhecimentos em benefícios econômicos e sociais.

37- Estabelecer mecanismos de gestão e negociação do tempo de resposta das demandas entre os setores público, privado e instituições de ensino e pesquisa em especial na construção de parcerias para a execução de projetos e gestão de espaços de prestação de serviços a comunidade.

38- Desenvolver ações de políticas públicas voltadas aos processos de inclusão social por meio de educação e formação dos trabalhadores.

39- O Grupo entende que é necessário repensar a utilização do conceito de tecnologia, superando a visão de que inovação tradicional de "tecnologia de ponta" e utilizar/reconhecer que existem várias possibilidades de realizar/aplicar processos de melhorias com adoção de tecnologia mais simples, no entanto, de alto impacto social.

40- Incentivar o desenvolvimento de incubadora.

41- A região, como dito anteriormente, está inserida em um contexto de alta produção de derivados de cítricos e cana-de-açucar, frente a esta constatação e diante do peso destes produtos na balança comercial brasileira, o grupo entende como importante a agregação de tecnologias na cadeia produtiva como forma de elevar ainda mais as exportações.